



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º DE 2018 (Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer ao Ministro da Secretaria de Governo, informações referentes às indicações e distribuição de ambulâncias previstas na lei ordinária nº13528 de 2017, na forma em que especifica.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que seja encaminhado por meio da Mesa Diretora desta Casa ao Ministro da Secretaria de Governo, Senhor Carlos Marun, pedido de Informações para prestar esclarecimentos referentes às indicações e distribuição de ambulâncias previstas na lei ordinária nº13.528 de 2017, nos termos abaixo:

- a) Houve indicação de parlamentares a respeito de prefeituras que receberam dinheiro federal destinados à compra de ambulâncias e equipamentos odontológicos? Em caso afirmativo, quais parlamentares apresentaram indicações quanto aos municípios que deveriam ser contemplados com a verba para as novas ambulâncias? E quais foram atendidos?
- b) Houve critério político, de fidelidade ao governo, que balizou a distribuição dos recursos para a aquisição das novas ambulâncias?
- c) Houve oportunidade para que todos os parlamentares, que manifestaram interesse em fazer indicação, pudessem apresentar indicações de prefeituras/municípios?
- d) Havia uma lista com os nomes de parlamentares que poderiam indicar os municípios a serem contemplados?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- e) Líderes das legendas governistas foram alertados para as respectivas bancadas indicarem as prefeituras a serem contempladas com o dinheiro do Ministério da Saúde?
- f) A distribuição dos recursos foi em prol de atender às necessidades dos municípios e ou às indicações de deputados?

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem como objetivo obter esclarecimentos sobre às indicações e distribuição de ambulâncias no território nacional.

Para tal, levantamos os questionamentos sobre os seguintes tópicos: se houve indicação de parlamentares a respeito de prefeituras que receberam dinheiro federal destinados à compra de ambulâncias e equipamentos odontológicos e se houve critério político, de fidelidade ao governo, que balizou a distribuição dos recursos para a aquisição das novas ambulâncias.

A decisão de requisitar tais informações é motivada por material divulgado pela imprensa, nos últimos meses, informando que a União só contemplaria com a entrega de ambulâncias – adquiridas com recursos públicos – os municípios indicados pelos parlamentares que votaram alinhados com o governo Temer em 2017.

No fim do ano passado, o parlamento aprovou projeto de lei do Congresso (PLN 33/17) que consignou recursos federais da ordem de R\$ 960 milhões para serem aplicados na compra de ambulâncias, equipamentos odontológicos e vans destinadas ao transporte de pacientes para tratamentos não emergenciais nos municípios brasileiros. Após este fato, alguns parlamentares da base do governo afirmaram até mesmo em entrevistas à imprensa que o critério político, de fidelidade ao governo, balizaria a distribuição dos recursos para a aquisição de novas ambulâncias. Ainda que qualquer prefeitura pudesse fazer a solicitação, tais parlamentares afirmaram que só seriam contemplados os pedidos de municípios indicados por deputados que votaram com o Planalto no ano passado. Tal fato merece explicações pois acendeu o questionamento sobre se a prática representaria compra de voto com recurso público.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Pelas razões acima expostas, e em face da clara relevância nacional do assunto, requeiro a Vossa Excelência o envio deste Requerimento de Informações, nos termos constitucionais e regimentais, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Secretaria de Governo.

Sala das Sessões, em de de 2018.

**Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA**